

Entre a ruína democrática e a resistência popular

DAYANE QUEIROZ FREITAS

RESENHA: MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil:** da constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão popular, 2019.

Ao propor desenvolver diálogos que evidenciem a lassidão da política brasileira, a coleção Emergências da editora Expressão Popular, em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo, demonstra quão imprescindível é a compreensão acerca da atual conjuntura, bem como a importância em estabelecer mecanismos de resistência frente à hegemonia dos monopólios de mídia.

Como pode ser praticável o processo célere de destituição de direitos conquistados ao longo de mais de duas décadas? Como se põe em execução a derrocada de um regime democrático no Brasil? Responder a estas perguntas parece ser, em suma, o objetivo do cientista político Luis Felipe Miguel ao escrever o livro *O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016*. Seu livro, como o próprio autor ressalta, é um ensaio interpretativo do atual momento brasileiro, com enfoque analítico e inclinado a indicar caminhos que levem a responder as perguntas supracitadas.

O autor discute a trajetória da democracia no Brasil, encetada ao fim da ditadura militar, e as ambiguidades da Constituição de 1988. Também descreve a trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT), base fundamental para analisar a radicalização da direita brasileira, e revela o papel de controle da informação por parte da mídia e a necessidade de estabelecer uma democratização dos meios de comunicação. Assinala ainda a ruptura do regime democrático aliado ao crescimento do sentimento de antipetismo, os desdobramentos da operação Lava Jato e o processo de

DAYANE QUEIROZ FREITAS

Estudante de graduação do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará e bolsista CNPq vinculada ao Observatório das Nacionalidades.
E-mail: dayane.freitas01@outlook.com

impeachment de Dilma Rousseff. Por fim, aponta uma reflexão acerca da experiência petista e as estratégias para retomar um projeto político de viés mais emancipatório, pautado no protagonismo e na resistência popular.

Como ponto de partida, Miguel (2019) analisa a natureza da democracia no Brasil, ressaltando que o conceito de democracia está em constante disputa, visto que são plurais os atores políticos que o reivindicam. Em suas palavras:

A disputa sobre o sentido da democracia ocorre porque há uma disjunção patente entre seu sentido etimológico e seu referencial histórico, que continuam ativos no imaginário político contemporâneo, e os modelos institucionais que afirmam realizá-la. A democracia é o “governo do povo”, mas em nenhum dos regimes que se proclamam democráticos o povo de fato governa (MIGUEL, 2019, p. 34).

Compondo a discussão sobre o sentido de democracia, Vladimir Safatle argumenta que “não é que nossa democracia está em risco, nossa democracia nunca existiu” (SAFATLE..., 2019, [s.p.]). O que existe, segundo o filósofo, é uma democracia que contempla somente uma parcela da população, enquanto que, para a extensa maioria, o que resta é viver em condições degradantes, submeter-se à pobreza e a todo tipo de violência, especialmente no caso de sujeitos cujos corpos são marcados pela clara separação entre indivíduos “matáveis” e “não matáveis” dentro da nossa sociedade. Ademais, ele afirma que “devemos nos questionar contra quem estamos lutando quando falamos em preservar a ideia de democracia, afinal a democracia é algo que nunca esteve no horizonte concreto da maioria das pessoas desse país” (FIUZA, 2019, [s.p.]).

Miguel (2019) problematiza o modelo de democracia representativa, em que o povo escolhe seus representantes, com a ideia de que, uma vez no poder, eles irão dar voz às demandas daqueles que os elegeram. Contudo, em nome da manutenção de seus privilégios políticos e econômicos, os interesses da classe burguesa se sobrepõem aos anseios sociais, potencializando as desigualdades. Dessa maneira, “enquanto a democracia é baseada na promessa de igualdade política, a representação é um vetor de reprodução de desigualdades” (MIGUEL, 2019, p. 36). Para o autor, há uma

fragilidade nas instituições representativas, o que se reflete na crise de desconfiança nas democracias representativas que data do final do século XX até os dias atuais.

Na visão de Vladmir Safatle (2017, p. 127), a “representação é hoje um arcaísmo político que visa nos afastar de uma democracia real”. Logo, aqueles favoráveis à manutenção de democracias representativas estão, na verdade, escondendo seus interesses por controle. Safatle (2017, p. 126) aponta, ainda, que “nenhum programa de esquerda digno desse nome pode tirar de seu eixo central o fim da representação política. Acreditar que podemos ‘governar’ respeitando os marcos institucionais da governabilidade atual é a pior de todas as ilusões”.

Com o fim da ditadura de 1964, na intenção de restabelecer a ordem democrática e diminuir as desigualdades, a carta constitucional de 1988 surgia como um horizonte de esperanças. A Constituição Cidadã (cf. CARVALHO, 2001), que seria, então, a mais liberal e democrática já vista no Brasil, possibilitou maior participação social no Estado e ampliação dos direitos políticos. Entretanto, Miguel (2019) reconhece o caráter ambíguo e limitado do texto constitucional, no qual, embora se assegure a expansão de direitos, não se resolvem os problemas mais latentes da imensa maioria dos brasileiros, e ainda se garante a manutenção do *status quo*, pois, em sua essência, não há ameaça aos privilégios da elite do país.

Na ótica do autor, para compreender a conjuntura atual é preciso entender o caminho percorrido pelo PT e como ele representava a esperança das classes populares por uma política que colocasse como pilar central suas necessidades. Neste sentido, o autor analisa que o partido surge a partir de uma esquerda em luta por transformações sociais, uma democracia mais inclusiva e de caráter popular, bem como maior participação dos movimentos sociais. Contudo, em sua avaliação, ele considera que, desde sua fundação, o partido sofria de “uma perigosa indefinição programática, além de ser vítima de um basismo e de um purismo paralisante” (MIGUEL, 2019, p. 61).

Diante de seu viés popular, o PT constantemente sofria pressões para se adequar às regras do jogo político. Sem detença, o

partido adentra em alianças e na transformação do seu discurso, que adquiria um tom mais moderado à medida do desenrolar político, sem embate com a burguesia e, como explica Miguel, dando aos pobres sem tirar dos ricos. O que caracteriza a intenção do partido em garantir às elites a certeza de que seus privilégios não estariam ameaçados, em troca de possibilidade de governabilidade. Essas alianças acabaram por esvaziar pautas que estabelecessem mudanças estruturais no poder político. E, assim como o varguismo, o lulismo procurava estabilizar as demandas populares e os interesses das classes dominantes, pois, “enquanto há espaço para crescimento, o conflito entre demandas pode ser adiado e todos têm a sensação de estarem ganhando algo” (SAFATLE, 2017, p. 49).

Seja pelo viés da conciliação, da conquista das demandas sociais, dos escândalos de corrupção ou de todas as contradições que o PT acumulava, o autor ressalta que:

O lulismo não pode ser simplesmente descartado como uma forma de traição. Ele foi a aposta de que um projeto civilizador bem moderado, que garantisse um patamar mínimo de condições de vida a todos e permitisse uma pequena aproximação ao ideal liberal de igualdade de oportunidades, seria tolerado pelos setores dominantes que, em troca, ganhariam o apaziguamento do conflito social. [...]. O caminho da conciliação fora escolhido a partir do entendimento de que a via do confronto estava fadada ao fracasso. Mas a conciliação depende da colaboração do adversário: quando um não quer, dois não conciliam (MIGUEL, 2019, p. 82; 87).

Miguel (2019) afirma que todo esse cenário serviu de base para os avanços da extrema direita que nitidamente demonstrava sua total falta de empatia por questões sociais e seu alinhamento com discursos autoritários e extremistas. Soma-se a isso a importante participação da mídia no processo de desestabilização da ordem democrática, uma vez que ela tem “o poder de determinar a agenda, isto é, o conjunto de questões que receberão atenção pública, e, dentro desta agenda, quais são os agentes e as posições relevantes” (MIGUEL, 2019, p. 122).

Assim como em outras searas, o governo petista também optou pelo não enfrentamento, no que tange ao poderio dos monopólios dos meios de comunicação. Esse erro repercutiria em graves consequências para o cenário político e para além dele. Segundo Miguel (2019), o Brasil é formado por uma triangulação entre aparelho repressivo, mídia e fábricas de *fake news*. Logo, uma alternativa para lidar com essas problemáticas seria, na visão do autor, a democratização dos meios de comunicação, cuja função seria enfrentar os monopólios dos grupos privados. Outras problemáticas apresentadas no livro são as que abrangem o *impeachment* de Dilma Rousseff, o crescimento do sentimento de antipetismo e a criminalização de qualquer pauta alinhada à esquerda. Nesse momento, o autor pormenoriza as manobras utilizadas para a montagem do cenário do golpe de 2016, no qual o *impeachment* de Dilma Rousseff seria o plano da classe dominante para dar fim ao ciclo petista.

É importante o que o autor descreve como “uma sequência de quatro movimentos que levaram à ruptura da conciliação petista, culminando com a ruptura da própria democracia” (MIGUEL, 2019, p. 150). O primeiro movimento foi, ainda no primeiro mandato de Dilma Rousseff, as mudanças que a então presidenta julgou serem necessárias e que eram opostas ao modelo conciliador adotado durante anos por Lula. Essa oposição se revelava principalmente no que diz respeito às questões de corrupção, o que alertou as elites para os riscos de tais mudanças. O segundo movimento se refere aos protestos de junho de 2013, que marcaram o momento do distanciamento do PT de sua base eleitoral. Já o terceiro movimento se caracterizava pela insatisfação via eleitoral, com a derrota da direita nas urnas. Por fim, o quarto movimento seria o que o autor chama de “capitulação de Dilma”, acarretando na falta de apoio das camadas sociais, quando o golpe se mostrava iminente.

Para Safatle (2017), o esgotamento da esquerda brasileira após o colapso do lulismo aparece como possibilidade de reflexão acerca das ações progressas e dos horizontes de disputas dentro do campo político, uma vez que o cenário que temos pela frente se mostra desafiador. Portanto, “em um cenário mundial no qual as ilusões das conciliações da democracia liberal foram desfeitas e

onde a política tende a ir para os extremos, cabe à esquerda não temer recuperar sua radicalidade. (SAFATLE, 2017, p.121). O papel da esquerda diante da atual conjuntura é, como aponta o filósofo, o de reinvenção da própria política, de pautar transformações concretas por meio da construção coletiva, de compreender que as decisões que dizem respeito à população podem ser geridas pelos próprios indivíduos. A soberania popular caminha *pari passu* com os ideais da democracia direta, ferramentas fundamentais para emancipação social.

Miguel (2019) conclui o livro com a defesa de que o futuro da resistência democrática depende de entender e aprender com as experiências passadas e com a conjuntura atual, sobretudo, de buscar novas formas de organização e luta coletiva, compreendendo que “não há possibilidade de real retorno à democracia se o campo popular não for novamente aceito como o interlocutor legítimo da disputa política [...] [pois] não há possibilidade de democracia real em um país como o Brasil sem o enfrentamento das desigualdades” (MIGUEL, 2019, p. 190).

REFERÊNCIAS

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FIUZA, I. “Não é possível perder algo que nunca tivemos: a democracia”, diz Vladimir Safatle. **Jornalistas livres**, [ONLINE], 17 out. 2019. Disponível em <<https://jornalistaslivres.org/nao-e-possivel-perder-algo-que-nunca-tivemos-a-democracia-diz-vladimir-safatle/>>. Acesso em: 11 jan. 2020.

SAFATLE, V. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SAFATLE: “Brasil precisava quebrar ilusão de construir conciliações sem conflito”. **Rede Brasil Atual**, [online], 06 ago. 2019. Política. Disponível em <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2019/08/vladimir-safatle-ilusoes-sem-conflito/>>. Acesso em: 11 jan. 2020.